

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIFICULDADES E PROGRESSOS

*Cimara Bandeira de Sousa Caldas – E-mail: cimarabandeira@hotmail.com; Fátima Rayra Silva Souza – E-mail: rayral@hotmail.com; Lorena Nunes Brasil – E-mail: lorena.nbr@hotmail.com e Indira Feitosa Siebra de Holanda – E-mail: indirasiebra@leaosampaio.edu.br

RESUMO

O assunto que envolve a educação inclusiva é algo que perpassa vários momentos históricos e diferentes formas de abordagem na prática educacional, algo que foi se aprimorando a partir de uma reflexão viabilizada pelas contradições existentes nesta proposta, entendendo que incluir não é uma tarefa simples, como apenas o colocar para dentro da escola, mas, identificar as capacidades da pessoa com deficiência e suas respectivas limitações, para que assim haja o respeito e o desenvolvimento de uma educação verdadeiramente inclusiva a partir da prática dos profissionais em educação, possibilitando equidade nas oportunidades vislumbradas pelos alunos. Contudo, ainda é bastante presente o estranhamento frente à deficiência, algo construído socialmente devido à necessidade de responder a demanda imediata do pensamento, que é despertada neste convívio com o outro, culminando em relações estigmatizadas e marcadas pela tolerância. Portanto, frente a esta problemática, observa-se a necessidade da desconstrução destes pensamentos reducionistas e o desenvolvimento de uma criticidade a respeito de tal abordagem pedagógica.

Palavras-Chave: Educação inclusiva; Deficiência; Respeito; Tolerância.

INTRODUÇÃO

Tomando como base Silva (2006), a proposta da educação inclusiva é discurso pedagógico que está se desenvolvendo no Brasil, e que vem propor perspectiva de consideração das diferenças no ambiente escolar, onde caibam todos os mundos, com as peculiaridades aceitas.

O norte desta proposta demanda que o ambiente escolar seja um local único, onde o foco seja a classe como um todo, não reduzindo o processo de ensino-aprendizagem às diferenças individuais dos alunos. Assim, o movimento inclusivista caracteriza-se pela inserção e educação de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares.

Machado et.al (2005) afirmam que podem existir duas formas de entendimento da população a respeito do modelo de inclusão escolar no Brasil. Um dessas concepções dispõe que a escola vai atuar a fim de proporcionar educação para todos, sem que haja quaisquer tipos de critérios de seleção para que a ela se tenha acesso. O outro juízo é de que a escola inclusiva é aquela que levará em conta que qualquer classe terá limites e que nem todos se beneficiarão de forma igualitária.

Denota-se ainda que neste discurso pedagógico a escola deva ser lugar de contrastes e não de equalização. Porém, apesar de toda beleza na definição teórica desta proposta educacional, Machado et al. (2005) problematizam a questão afirmando que é muito contraditório e complicado propor uma escola que seja plural e ao mesmo tempo igualitária, ou seja, se quer reconhecer as diferenças mantendo a igualdade. Assim, de certa forma, levar todos para a escola independente de suas limitações, é um caminho para que todos sejam iguais, buscando que todos sejam os mesmos.

E, desta forma, não basta falar em acolhimento às diferenças sem que haja inicialmente e primordialmente acolhimento crítico a respeito do tema. Não se pode por em ação um projeto de pauta inclusivista onde as pessoas com necessidades especiais sejam trazidas para a atualidade, sendo apenas depositadas. Machado et al (2005) indagam que a sociedade moderna estabelece critérios de normalidade, e busca constantemente trazer o estranho para perto dos ditos normais, estabelecendo relações reducionistas e preconceituosas.

Silva (2006) indagam que há o apelo de tolerância para com o diferente por não se desenvolver criticidade a respeito desse outro enquanto alteridade. Assim, percebe-se que são os alunos deficientes que tentam adaptar-se à classe regular, e não a escola que se dispõe a desenvolver tal inclusão.

Não basta simplesmente aproximarmos o outro, não basta simplesmente tolerarmos o outro. Temos que entrar na lógica do outro e convidar o outro para entrar na nossa lógica. E para transitar por essas lógicas, é preciso traduzir uma para a outra e vice-versa, por mais difícil e por mais necessariamente incompleta que seja a tradução. (MACHADO et al. 2005, p. 70).

Desta forma, a criança limita-se em sua participação social e de aprendizagem, o que dificulta suas experiências. Isso caracteriza-se como um dos maiores desafios a respeito do discurso pedagógico da educação inclusivista no Brasil, para que estes alunos não sejam incluídos para manterem-se excluídos.

Machado et al. (2005) também problematizam a questão pelo viés epistemológico, no qual não se pode inferir que toda escola que ensina bem é aquela que torna-se capaz no processo inclusivo, e que não se pode reduzir a escola a questões psicológicas, pedagógicas, econômicas e políticas.

A partir do que foi exposto a respeito da educação inclusiva pode-se perceber que o referencial é bastante crítico a respeito deste discurso pedagógico. Esta criticidade se torna

bastante importante porque é a partir desta problematização que inicia-se o verdadeiro processo inclusivo. É muito fácil expor como tudo teoricamente deve ocorrer e crer que seja algo muito simples de se fazer. Porém, a criticidade denota questões reflexivas para que a prática inclusiva seja mais adequada, onde a inclusão não agrave a exclusão.

METODOLOGIA

Nesta revisão bibliográfica qualitativa, os dados foram obtidos a partir de livros que abordavam o respectivo tema, tais como Amaral (1995) e Machado (2005). Houve também o levantamento de artigos da fonte de dados SCIELO, e notou-se uma abundância de informações a respeito do assunto abordado. Desta forma, encontraram-se autores tais como Mendes E.G e Silva L.M. A partir das pesquisas realizadas, observou-se consonância entre outras áreas do saber como a pedagogia e antropologia que abordavam a perspectiva inclusivista.

A busca foi realizada por meio da combinação das palavras-chave deficiência e educação inclusiva, sendo todos os termos digitados no idioma português. Adicionalmente, a busca realizou-se nos meses de Setembro e Outubro de 2013, investigando publicações do período 2006-2013.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por muito tempo acreditava-se que as pessoas com alguma deficiência eram incapazes de aprender, e por tanto, incapazes de frequentar as escolas e locais que proporcionam educação. Isso ocorria principalmente com crianças que, quando conseguiam entrar nas escolas logo eram rotuladas como incapazes e, portanto, excluídas do convívio escolar. Essas características não são bem diferentes do que se observa nos moldes da educação atual, pois, muitas mudanças ainda são necessárias. Porém, desde este contexto inicial, a realidade passou por modificações, e uma breve explanação da revisão histórica a respeito dessas transformações do paradigma escolar se faz importante.

Segundo Mendes (2006), os primeiros profissionais a se preocuparem com o assunto foram os médicos e pedagogos, que em meados do século XVI não acreditavam nessa incapacidade como algo inato nas crianças, mas sim na possibilidade do aprendizado. Não obstante, nesse mesmo período houve o crescimento dos asilos, casas onde se colocavam os considerados inúteis, e este fato retardou ainda mais o processo da entrada de pessoas com deficiência nas escolas.

A passos lentos, foi apenas no século XIX que ocorreu a possibilidade de entrada dessas pessoas com deficiência na escola. No entanto, este acesso ocorria de forma bem particular, com a criação de salas especiais, onde não havia interação alguma com crianças sem nenhuma deficiência.

Machado (2005) afirmam que essa forma de inclusão acabou confirmando a exclusão, pois a forma correta de promover a inclusão advém do diálogo entre os diferentes mundos das pessoas, com as significâncias individuais e sociais, não apenas através da inserção na escola por uma questão de tolerância, mas sim em uma interação.

De acordo com Mendes (2006) apenas na década de 60 que houve novamente a reflexão a respeito da exclusão, através de movimentos morais, proporcionados por segregação de pessoas com deficiência. A partir de então, a forma de inclusão escolar foi reavaliada, e desta forma as pessoas com deficiência teriam direito a frequentar os mesmo ambientes de pessoas consideradas normais e receber a mesma forma de educação.

Desenvolveu-se também um fato moral sobre a exclusão das crianças, onde essa nova forma de inclusão teve repercussão econômica, pois estava muito caro para o governo custear esse tipo de educação.

Foi a partir de então que se começou a pensar em uma escola que poderiam caber todas as pessoas, mas que essas pessoas não seriam apenas acolhidas e observadas, essas iriam se relacionar com as outras crianças, e nenhuma forma de exclusão seria promovida.

De início e até hoje se comete o erro frequente de supor que essa nova forma de educação tem como dever normatizar todas as crianças, pegando o diferente e o transformando em igual, e só a partir de então promover a educação. No entanto, essa forma de pensamento acaba que repetir a educação dos moldes passados, promovendo novamente a exclusão. Na verdade, a escola é lugar das diferenças e essas devem ser respeitadas. É partir desse viés que as escolas atualmente estão sendo trabalhadas.

Silva (2006) destaca o estranhamento causado pela deficiência frente ao preconceito, entendendo este com uma amplitude de explicações construídas socialmente e que não deixam de estar presente na subjetividade de cada indivíduo. Dessa forma, identifica-se o preconceito às pessoas com deficiência devido às generalizações, em que diante do novo, do diferente, tende-se fazer analogias e estereótipias na tentativa de responder a demanda imediata do pensamento.

Ainda de acordo com Silva (2006), o diferente também por via do preconceito emana mecanismos de defesa numa tentativa de se afastar de algo que deve ser combatido. Afastamento por medo, o medo pela identificação com esse outro estigmatizado, ou por colocar em risco sua estabilidade psíquica, lhe tirando da zona de conforto, demandando de si, segurança e cuidado adequado para com a deficiência.

A agressão também se mostra como característica do preconceito, uma vez que é voltada ao alvo errado, para os que socialmente são considerados fracos, mas o que se percebe é a fraqueza da própria sociedade em não aceitar as diferenças, e acima de tudo, considera-las como desiguais. Entende-se, portanto, que a sociedade nega as diferenças para não se lembrar da própria fragilidade humana, da sua imperfeição, se encobrendo paradoxalmente por detrás da ideologia da perfeição, do jovial e do belo. Luta-se contra o envelhecimento da mais variadas formas, sejam com produtos cosméticos, cirurgias plásticas, etc. Tudo na tentativa de mascarar ou fugir do desgaste físico proporcionado pela idade. Ou seja, fugir do envelhecimento que os remete à morte, à finitude humana e sua total fragilidade (SILVA, 2006).

Vash (1988) descreve três motivos pelos quais há desvalorização da pessoa com deficiência, que é pelo preconceito ser algo biologicamente determinado, por haver intolerância à deficiência e por a deficiência ser onerosa, dispendiosa no sentido econômico e de demandar cuidados especiais.

O preconceito dá origem a estigmas, marcas sociais de desvantagem em algum aspecto. São rótulos que despersonificam o sujeito de suas características próprias, sua individualidade ficam à margem, perdendo espaço para um rótulo diagnóstico, por exemplo. É o que Silva (2006) afirma acontecer quando a pessoa com deficiência recebe um diagnóstico e as pessoas passam a lhe dar com este, não mais com o indivíduo.

De acordo com Amaral (1995) o diagnóstico ou a patologização vêm muitas vezes para criar barreiras, limites ou possibilidades do sujeito na sociedade, e não para procurar promover a integração e reduzir as condições patogênicas. Este é o real sentido do diagnóstico, promover intervenções adequadas com vistas às dificuldades e peculiaridades do sujeito. Porém, o que se percebe na maioria dos casos é o diagnóstico como limitante, através de rótulos e estigmas.

CONCLUSÕES

O que se percebe com a presente discussão, é que há todo um processo envolvido para haja respeito à pessoa com deficiência, desde o impacto com esse outro diferente, até o reconhecimento e aceitação do mesmo. Para tanto, faz-se necessário à libertação dos rótulos diagnósticos, para que se possa entender o outro em sua completude a partir de uma conscientização crítica. Pois este rótulo também é internalizado pelo sujeito com deficiência, que passa a se identificar com o estigma, uma vez que este dita seu comportamento, seus limites, suas capacidades e muitas vezes cristaliza a pessoa numa ideia de inutilidade, causando-lhe sofrimento, desacreditando nas próprias potencialidades e fixando-se nas próprias fragilidades.

Neste sentido, a diferença aparece como ameaça contida na própria existência e o que ocorre é a tentativa de se igualar para evitar maiores sofrimentos, sejam pessoas com ou sem deficiência, que buscam uma forma de sobrevivência ou de autopreservação. Nesta perspectiva, nota-se pensamentos errôneos em relação à pedagogia inclusiva, pois nessa tentativa frustrada, o processo da não aceitação lhes causa um sofrimento muito maior do que se fosse respeitada a diversidade e buscasse superar os preconceitos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Lígia Assumpção. **Conhecendo a deficiência** (em companhia de Hércules). São Paulo: Robe Editorial, 1995.

MENDES, E.G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>. Acesso em: 25 de novembro de 2013.

MACHADO, A.M. et al. **Psicologia e direitos humanos: educação inclusiva, direitos humanos na escola**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

NETO, A.N. Quando a inclusão pode ser uma forma de exclusão. In: MACHADO, A.M. [et al.] **Educação inclusiva: direitos humanos na escola**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2005.

SILVA, L.M. **O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência**. Revista Brasileira de Educação. Bahia. V.11, n.33, p.424-434, set/dez. 2006.

VASH, Carolyn L. **Enfrentando a deficiência**. São Paulo: Pioneira; Ed. da Universidade de São Paulo, 1988.